

Considerações Finais

Com este trabalho, procuramos demonstrar, em que pesem hipóteses em contrário, que a ‘opinião democrática’ do brasileiro, expressa nas relações com as instituições e com o espaço público, vem se alterando substancialmente, desde pelo menos a redemocratização: o conteúdo e a forma com que, hoje, o cidadão expressa seu otimismo, ceticismo ou pessimismo em relação ao desenvolvimento nacional tem a qualidade do que Norris (1999) denominou de “*cidadãos críticos*”. Essa ‘nova faceta’ do brasileiro foi discutida extensamente ao longo dos capítulos, onde foram expostos os discursos dos jovens estudantes da rede pública e particular de ensino do Rio de Janeiro, acerca de alguns aspectos da cultura política brasileira. Tencionamos, aqui, produzir uma resposta à hipótese de que a cidadania crítica contribui para uma “*compliance*”¹ mais forte dos brasileiros com a democracia; e, o fato dessa camada jovem se inserir, como colocado em diversas partes do trabalho, em outro contexto sóciopolítico – no qual a democratização não sofre intermitências –, tem uma relevância singular: pertencem a uma faixa que cresce em ambiente democratizado, além de se caracterizar como um jovem reflexivo e crítico, uma vez que há uma homogeneidade de escolarização.

A partir do que foi explicitado na apresentação, o trabalho com recursos teóricos e empíricos possibilitou traçar um panorama de singularidades que atravessam o desenvolvimento da cultura política brasileira; muito embora tenhamos decidido trabalhar com autores que estão próximos da avaliação do impacto da cultura do campo político na conformação das “*compliances*” entre os cidadãos. Pôde-se verificar que há uma lenta, mas gradual marcha de habituação cívica – percebida nos padrões que conformam certas “*cognitive orientations*” dos

¹ O termo “*compliance*” é emprestado da obra de Richard Wilson (1992), para quem, como demonstrado no capítulo II, quatro desenvolvimentos das sociedades modernas são importantes para essa concepção: (1) a separação dos universos público e privado (ARENDR, 2000; HABERMAS, 1984); (2) o aparecimento no tecido social do “*free men*” (LUKES, 1975), ou do indivíduo portador de direitos; (3) a concepção de métodos políticos racionais e pragmáticos (WEBER, 1978); e (4) o surgimento, em larga escala, de unidades políticas autônomas, os modernos Estados-nação, que se propõe o desenvolvimento e promoção dos direitos de cidadania (BENDIX, 1996).

cidadãos com relação ao campo político – ocorrendo através da construção de um senso crítico a respeito de temas essenciais para a sobrevivência da cultura democrática. O sentido atribuído a essa habituação foi extensamente apresentado na opinião acerca de temas como: percepção sobre os direitos de cidadania, sentimento de nação, avaliação sobre representatividade e sobre os representantes (adesão ao regime democrático e satisfação com o sistema político), relações de confiança social (ou seja, no “outro generalizado”) e de confiança política (nos partidos políticos, nos políticos e na polícia).

Nesse sentido, as opiniões dos jovens das redes pública e particular de ensino da cidade do Rio de Janeiro, são claras em diversos níveis: se, hoje, existe uma sensação de vergonha em relação ao mundo das instituições públicas; e, se esse sentimento arrefece a capacidade de confiança generalizada; se, como falam os jovens, deve existir mais consciência em relação aos direitos de cidadania, porque os indivíduos, ou não conhecem seus direitos, ou sabem a respeito, mas passam por cima deles; se, por fim, existe um crescente descrédito nas instituições do mundo público e, por isso mesmo, os indivíduos passam a confiar somente nas esferas de relacionamento mais próximo (família e escola, principalmente), estas percepções estão demonstrando a construção de um senso de civismo.

Por outro lado, em uma chave de leitura mais teórica, se o que falam Putnam (2002) e Sennett (1989) acerca do “*desengajamento cívico*” e da maior “*privatização das relações sociais*”, estiver correto, seria acertado falar, também, em uma crise do mundo democrático. Porém, uma das conclusões deste trabalho está referida justamente à visão contrária de uma suposta crise dessa natureza. Tal como ressaltamos, principalmente no primeiro e terceiro capítulos, o fato de existirem cidadãos descontentes, insatisfeitos e desconfiados em relação ao campo político, e esse discurso *estar presente* (ou latente) no modo como respondem às perguntas feitas – seja no *survey* ou nos grupos focais – faculta a percepção de novas representações a respeito da onda de civismo crítico que toma forma na cultura cívica do homem comum.

Assim, se por um lado é forçoso inscrever o brasileiro no tipo ideal de indivíduo moldado pela democracia política (o *homo civicus*), por outro, a maré crescente de cidadania crítica autoriza afirmar uma possível via de socialização cívica. Utilizando outros termos, como ressalta Moisés (1995), a “*habituação*

democrática” vem demonstrando uma crescente onda de civismo exposta na opinião crítica dos brasileiros. Em que pese nossa insistência na recuperação de categorias e expressões com pouca margem de absorção, hoje, nas Ciências Sociais (como, por exemplo, a idéia de um tipo ideal de *homo civicus*), acreditamos que são inúmeras as virtudes desse resgate.

Se a idéia de que contextos cívicos são importantes para a legitimação de regimes políticos, e, se esses contextos são formados por uma tecitura de relações de sociabilidade cívica (solidariedade, reciprocidade, confiança e sistemas de participação), então esta se torna imprescindível à presença do personagem principal da narrativa democrática: a inscrição, portanto, do *homo civicus* – ou de “*sujeitos políticos*” – é a daquele que detém certas orientações avaliativas que emprestam forma a uma socialização vinculada aos valores democráticos. Se de um lado não podemos negar a conformação do mundo atual à marcha inexorável do ‘capitalismo moderno’ – sendo aqui o *homo oeconomicus*, protagonista desse cenário –, e que a racionalidade instrumental que compõe a estrutura de comportamento dos indivíduos centrados nos próprios interesses não é, necessariamente, uma antítese à idéia de democracia, por outro lado os atores sociais contemporâneos têm consciência de que, ao lado dessa racionalidade instrumental, a razão comunicativa (expressão de um “*agir comunicativo*” que leva ao entendimento mútuo) deve ser parte de um treinamento mais amplo, de socialização cívica.

De fato, como mostramos nos três capítulos deste trabalho, uma variedade de autores do pensamento social brasileiro atesta o fato de que o *homo civicus* nunca teria se enraizado entre nós; ou, em outro registro, que este tipo ideal nunca teria encontrado espaço para se desenvolver aqui. Concordamos com esse diagnóstico em alguns pontos: devido a pouca habituação com os valores democráticos, fruto de um espaço público para poucos, de quebras do regime democrático e ascensão de autoritarismos, nosso tipo ideal de *homo civicus*, de fato, encontrou dificuldades para se projetar no espaço público; além disso, as poucas formas de intermediação de interesses do homem comum com suas instituições, realizadas nas formas do “corporativismo estatal”, colocaram em xeque a ascensão da autonomia societal frente às estruturas ampliadas do Estado; finalmente, cancelado na origem, o elemento civil de cidadania não teria

enraizado nos indivíduos o *self-government*. Assim, o desafio de democracias não-originárias (como é o caso do Brasil) passaria pela “reedição do tema da *solidariedade social sem o recurso a um consenso ético consuetudinário*” (CARVALHO, 2002).

Porém, esses diagnósticos não percebem que a “reedição do tema da solidariedade” deve ser colocada, como apostam outros autores (entre eles, Habermas), através de novas formas de representação, e apresentação do debate público onde uma “*racionalidade comunicativa*” seja o referencial para compreensão das vias pelas quais a democracia política pode se desenvolver. De outro modo, como ressaltamos em várias partes do trabalho, é necessário que o *conflito* seja entendido como um pilar das democracias contemporâneas, tal como ressaltou Hirschman (1996). O conflito latente no tecido social, expresso em debate público (ou não) favorece, assim, o “agir comunicativo” onde “*cada um conhece o interesse do outro*” (HABERMAS, 2003, p. 183). A falta do conflito, identificado por diversos autores intérpretes do Brasil, seria um dos condicionantes para a não projeção do *homo civicus* entre nós. Esta não é outra compreensão alternativa aos diagnósticos consagrados, mas uma forma de auscultar a ‘voz passiva de sujeitos da ação’ colocados, na grande maioria das vezes, como apolíticos ou alienados: os jovens. Os jovens da pesquisa, claramente valorizam, e estão amparados por um sentimento de liberdade. A questão crítica que é colocada por eles mesmos é: como transformar esse sentimento numa “*cultura cívica participativa*”?

Se esse modelo é uma ‘inquietação’ para as democracias tardias, é porque, através de um peculiar processo de modernização política, as instituições não têm conseguido incorporar as amplas camadas populacionais às dinâmicas propiciadoras de reconhecimento social, por um lado; mas por outro, como podem se incorporar à vida dos interesses comuns, se a *agency* possível para o indivíduo não passou por uma prévia pedagogia cívica? Muito embora seja nítido, em alguns aspectos, as desigualdades entre as redes de ensino pública, pública de “excelência” e privada, acreditamos que estão se formando cidadãos capazes de contornar a ‘inquietação periférica’. Este aspecto pode ser observado na homogeneidade de percepção dos jovens a respeito da desconfiança nas instituições públicas que está relacionada à falta (ou ausência) de investimentos

mais fortes na educação e na promoção dos direitos de cidadania.

Assim, procuramos demonstrar que, em meio a turbulências de crise de confiança nas instituições públicas, existe uma aposta na construção da “habituação democrática”, que vem projetando públicos de massa na inscrição do *homo civicus* ou “*cidadãos críticos*”. A reflexividade se torna, dessa maneira, a forma pela qual esses públicos (no caso em questão, jovens com idade entre 16 e 18 anos, estudantes das redes pública e privada de ensino), conseguem construir o posicionamento crítico necessário ao desenvolvimento de um senso de civismo, que mistura: um certo pessimismo, consciência crítica, indignação com alguns temas da cultura política e esperança. Sem estes estímulos, ainda estaríamos presos a opiniões atávicas (do tipo: público alienado e apolítico), que não alcançam os desdobramentos recentes da democracia brasileira.